

# O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Final do Século XIX

*Angela Alonso*



Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

# O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Final do Século XIX\*

**Angela Alonso\*\***

*"A sua geração foi toda de literatura e de imaginação; a nossa é toda de ciência e de razão. Outros tempos, outros temperamentos."*

*Barreto, 26/07/1878 apud Barros, 1967*

Quando no Brasil ainda bem pouco se falava de positivismo e a quase totalidade dos que iam à Europa alocavam-se nos cursos de direito de Paris ou de Coimbra, já que a carreira mais vistosa e também mais promissora no Segundo Reinado era certamente a de bacharel, Luís Pereira Barreto formou-se médico pela universidade de Bruxelas. Filho de um grande proprietário de lavoura cafeeira, Barreto certamente não necessitava do bacharelado como trampolim social; era membro de um grupo econômico emergente, tendo, por isso, recursos para custear seus estudos no que melhor lhe aprouvesse. Foi em Bruxelas, ainda estudante, que tomou contato com os escritos de Comte, convertendo-se imediatamente à religião da humanidade. Foi, pois, como positivista religioso, afinado com a direção de Laffitte, que Barreto retornou ao Brasil em meados de 1864, onde passou a divulgar a boa-nova positivista, sem jamais abandonar sua bem sucedida carreira médica.

O país que Barreto encontrou fervilhava. Se a guerra do Paraguai fornecia ao Brasil subsídios para que se pensasse como uma nação coesa face ao inimigo externo, produzia também modificações internas. Os militares voltavam com ares de guardiões da pátria e buscavam encontrar seu lugar no processo de civilização do país. Desde 1850, a cúpula militar vinha sofrendo a invasão, lenta mas eficaz, do positivismo, uma filosofia republicana e anti-escravagista. Estava também em curso um processo de formação de uma classe militar separada dos civis, com visão de mundo própria e fortemente contrária ao predomínio dos "legistas". Esta antipatia com a condução da política pelos bacharéis irá unir a nova elite intelectual emergente, formada por positivistas, "científicos" e militares.

---

\* Texto de referência da conferência realizada no dia 28 de abril de 1995 no Prédio das Colméias, Favo 17.

\*\* Professora da Universidade de São Paulo e Coordenadora da área de conflitos ambientais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

Não somente a guerra, mas também o fim do tráfico negreiro traziam à tona o problema da abolição e a necessidade de alternativas de mão-de-obra, principalmente para a província de São Paulo, que prosperava com seus cada vez mais amplos cafezais. O declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba é concomitante com a ascensão do Oeste Paulista. Os decadentes formavam uma aristocracia contente com o sistema do Império e fiel a D. Pedro; os ascendentes terão visão diametralmente oposta. O desenvolvimento e a prosperidade do café em São Paulo se fizeram por iniciativas particulares, no mais das vezes à revelia do poder central e com mão de obra crescentemente imigrante. Estavam se tornando economicamente muito importantes para serem relegados ao segundo ou terceiro plano do cenário político. Pereira Barreto era filho e irmão de fazendeiros, fazendeiro ele próprio, membro de uma família que constituiu uma verdadeira linhagem de cafeicultores no oeste paulista; balizado por essa posição, ambicionava o lugar de porta-voz desta elite econômica ascendente nos fins do Império,<sup>1</sup> para a qual era bastante atraente o regime federativo proposto pelo republicanismo e que poderia encontrar no positivismo, que Barreto trazia na mala, uma filosofia da história capaz de proporcionar uma fundamentação para a crítica do Império.

Esta crítica ao Segundo Reinado albergava também, além de militares e cafeicultores, uma camada média urbana letrada que ia, aos poucos, tomando a burocracia estatal, clamando por critérios de mérito que desenhasssem novos espaços políticos de atuação, um discurso de feições modernas incompatíveis com as instituições monárquicas.

Dotados de formação técnico-científica - eram militares, engenheiros, médicos -, eram em tudo antípodas dos literatos e dos bacharéis. A reação desta contra-elite imperial (CARVALHO, 1991) far-se-á, então, em nome da política representativa e tendo o discurso científico por molde de sua crítica às instituições imperiais e aos seus pilares de legitimação - o liberalismo dos bacharéis e o indianismo romântico. O projeto civilizatório

---

<sup>1</sup> O irmão mais velho de Barreto, o Coronel Comendador José Pereira Barreto, organiza e comanda uma Caravana a São Paulo em 1876 - que ficou conhecida como Bandeira Barreto -, com a finalidade de explorar as terras roxas do Oeste Paulista. Da caravana participam também outros irmãos: Miguel Pedroso Barreto, que se torna fazendeiro de café em Cravinhos e Franca; Cândido Pereira Barreto, que vai inicialmente para São Simão e também compra terra roxa em Cravinhos; Francisco Pereira Barreto, que se torna produtor de café e cana em Cravinhos.

Suas irmãs, Leocádia Carolina Salles Barreto e Francisca Luiza de Salles Barreto casaram-se com fazendeiros de café; também seus outros irmãos se tornaram fazendeiros de café: Augusto César Pereira Barreto, em Resende e Ribeirão Preto; Rodrigo Pereira Barreto, em Resende, Cravinhos e Ribeirão Preto e o Major Antônio Pereira Barreto Pedroso Sobrinho, em Ribeirão Preto.

O próprio Luis Pereira Barreto foi proprietário de uma fazenda de café em Ribeirão Preto - a "Fazendinha"-, mas terminou por vendê-la a seu irmão Augusto César, em 1879, provavelmente por problemas financeiros. Seu terceiro filho, José Pereira Barreto Neto, tornou-se fazendeiro em Matão. Cf. BOPP, 1983.

que Barreto construiu para o Brasil não era alheio a esta situação; ao contrário, sua inserção social vai perfeitamente com seu discurso; médico que era, integrava também a contra-elite que, externa ao grupo de mando do Segundo Reinado, tornou-se crítica dele.

Esta contra-elite, de modo geral, atingia a compreensão de que um fosso separava o Brasil da civilização; esta "consciência amena do atraso" (CÂNDIDO, 1989) levará a intelectualidade brasileira a reconsiderar as possibilidades de progresso futuro, a partir de uma releitura de si própria. Se o liberalismo dos bacharéis combinava com o discurso romântico, em grande medida conciliador das diferenças, o cientificismo emergente vai encontrar a forma de seu discurso na própria ciência. As questões antes tomadas como eminentemente políticas serão deslocadas; trata-se agora de pensá-las no terreno social em que se encontram e de equacioná-las a partir da sociologia nascente. A ciência emerge, portanto, como a grande fornecedora de respostas.

Ocorria, portanto, um embate não apenas político como também intelectual, no qual a nova geração opunha-se à anterior por recurso à ciência que passava, então, a servir como discurso legitimador da contra-elite. Esta mudança exprime-se também na pouca relevância que o estado vai assumir em suas proposições; ao contrário da geração anterior e mesmo de Nabuco, estes críticos do Império vão investir na formulação de mecanismos que expressassem efetivamente a sociedade brasileira, farão uso, para tanto, de discurso e procedimento científicos, cabendo ao estado apenas a implementação dos remédios que a ciência receitar para os males brasileiros. De modo geral, a geração científica responderá por uma mesma fórmula: a conjugação entre ciência e instrução pública como meio de civilizar o Brasil. Comungava um programa: realizar um estudo científico do país e plasmar um projeto civilizatório que não tivesse mais por referência o especificamente nacional, mas, ao contrário, os pontos de contato entre a cultura brasileira e a civilização ocidental.

Por tudo isso, as terras brasileiras eram férteis para a ascensão de teorias concorrentes com o liberalismo. Estavam chegando o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social e as teorias raciais; todas elas buscavam, em alguma medida, destronar o liberalismo na definição dos rumos do país. Principalmente o positivismo vinha ancorado numa radicalização da crítica ao sistema monárquico, propondo a instauração da forma republicana. Formava-se uma oposição entre cientistas e bacharéis, em sua maior parte liberais, na qual os primeiros visavam acesso ao poder de estado pela via das políticas públicas. O jogo político como vinha operando ao longo do Segundo Reinado não tinha meios para cooptar esta contra-elite emergente que acabaria por derrubá-lo.

Os projetos civilizatórios da contra-elite tinham por esteio as filosofias da história de Spencer e de Comte, basicamente. Porém, enquanto a luta pela vida advogada por Spencer adequava-se bem à índole dos bacharéis liberais, o positivismo, com sua ênfase na ordem gerida por uma classe de sábios, encontrou melhor guarida entre cientistas e militares, principalmente na corte e em São Paulo. Comte e Spencer estavam absolutamente de acordo quanto ao papel fundamental da ciência como meio de intervenção e transformação do mundo humano e natural e como agente da modernidade e da civilização; o positivismo comteano e o evolucionismo spenceriano dão o perfeito arremate a esta concepção e, desse ponto de vista, não pesa entre eles diferença considerável. É o conhecimento científico das leis que regem a natureza e a história que torna possível a construção de projetos de civilização e de catalisadores capazes de encurtar ou minimizar as dores do processo civilizatório.

No entanto, os dois sistemas divergiam num ponto fundamental, a via política e ideológica de alcançar a civilização. O spencerianismo tendeu a fornecer uma via liberal para o progresso, enquanto o positivismo comteano trazia uma perspectiva autoritária. No Brasil, cada uma das teorias foi conformar interpretações distintas da realidade social. O tom darwinista de Spencer convirá mais àquele liberalismo difuso na cultura brasileira. A concepção spenceriana da sociedade como regida por leis de seleção e adaptação similares às que operam no mundo natural poderia justificar a estrutura social e política como fruto da seleção social, na qual apenas os fracos perecem. Sua perspectiva individualista permitia também explicar a ascensão dos *self-made-men* como consequência da sobrevivência do mais apto e a exclusão social como resultado da luta pela vida.<sup>2</sup>

Estas concepções encontraram guarida, principalmente, nas faculdades de direito, fosse no Recife, onde os bacharéis se faziam cientistas, fosse em São Paulo, onde os bacharéis sempre foram políticos. Em ambos os casos, o evolucionismo saía-se bem onde já havia uma tradição liberal com a qual miscigenar-se. A crítica ao Império que saía daí não tinha certamente o mesmo radicalismo que alcançou nos setores onde o positivismo foi recebido. A doutrina de Comte opunha-se de saída aos "legistas", metafísicos por definição, e como tais fadados ao desaparecimento na aurora do estado positivo da humanidade. Este distanciamento em relação ao bacharelismo permitirá a criação de um discurso novo, não aderente a nada anterior e, por isso mesmo, apto a fornecer os elementos para a constituição de uma das novas matrizes discursivas para a contra-elite

---

<sup>2</sup> Veja-se a respeito o trabalho de Richard Graham, que reputa a boa aceitação do spencerianismo no Brasil à sua adequação ao liberalismo; Cf. GRAHAM, 1973.

emergente. Seu ideal é uma sociedade harmônica, que visa o consenso e que, ao contrário do spencerianismo e do darwinismo social, prega o auxílio dos fortes aos fracos. Os projetos civilizatórios daí derivados são seguramente distintos. Se, em Spencer, é a luta pela sobrevivência que regula a vida social, o positivismo traz uma concepção pacifista, onde a hierarquia social é consentida pelos que estão abaixo e as transformações de um estado social a outro passam pela persuasão, pela conscientização moral e científica dos agentes, evitando-se sempre o confronto.

Esta concepção está completamente formulada na segunda fase da obra de Comte, donde deriva-se o lafitismo. É onde Comte percebe que a simples força dos argumentos científicos não leva à harmonia social. É preciso, pois, repor a moral no seu sistema das ciências e, através dela, fazer com que os homens entendam e aceitem sua posição na hierarquia social. Foi justamente a partir dessas concepções, e imerso neste contexto, que o dr. Pereira Barreto buscou construir o seu projeto civilizatório para o país.

Tendo se fixado em São Paulo, logo publicou *Filosofia Teológica e Filosofia Metafísica*, em 1874 e 1876, respectivamente, livros nos quais procurava analisar o Brasil tendo por base a lei comteana dos três estados. Iniciava aí uma verdadeira campanha de divulgação do positivismo em terras brasileiras, antes mesmo que houvesse qualquer ação organizada na corte, fazendo uso, principalmente, de uma coluna em *A Província de São Paulo*, jornal republicano recém-fundado, onde envolveu-se em numerosas polêmicas. No Brasil de então, onde as questões nacionais mais prementes eram resolvidas por leis que dificilmente se implementavam, o positivismo de Barreto tinha o charme e o perigo de atacar o Império dos bacharéis - ou "legistas" como os alcunhara o mestre - e de estabelecer como programa a organização da sociedade civil, com acento na educação e não na política, tendo por âncora a força econômica emergente dos fazendeiros do oeste paulista.

Sua formação médica, aliás, parece ter sido determinante na sua empreitada de *diagnosticar* e propor *remédios* para os problemas do país, visando à *saúde do corpo social*, o que fica explícito no próprio vocabulário utilizado e combina muito bem com o organicismo de Comte. A especificidade de seu positivismo pode, em grande parte, elucidar-se pela associação entre sua formação científica - além de bacharelar-se em medicina, fez cursos de ciências naturais na Bélgica -, sua adesão à filosofia positiva e seus conhecimentos de economia agrícola. Barreto teve contato íntimo com a organização rural, conhecimento que lhe foi de grande valia na avaliação dos problemas econômicos do país. O seu projeto civilizatório para o Brasil é, pois, tributário dessa posição. Nada mais

adequado para funcionar como forma da crítica ao Segundo Império do que uma filosofia científica, antiliberal e republicana como o positivismo.

Foi por estas suas características que Barreto o adotou. O positivismo significou para ele uma filosofia da ação, através da qual construiu um diagnóstico crítico do atraso brasileiro e propôs um projeto civilizatório que visava conduzir o país ao estado positivo. Acontece que, para funcionar deste modo, a filosofia de Comte não poderia mesmo ser tomada como um bloco monolítico, uma rígida filosofia da história onde o Brasil fosse posto a fórceps. Barreto faz um uso interessado do positivismo: Comte é tomado como um guia no que diz respeito à sua filosofia da história, pela qual o Brasil podia ser pensado como um caso da história universal. Se todas as nações são partes de uma humanidade que progride unilinearmente do estado teológico ao positivo, passando pelo metafísico, a questão estava, do ponto de vista brasileiro, em identificar em qual fase nos encontrávamos e de que modo poderíamos atingir o estado final do desenvolvimento humano.

Considerando a crise política e intelectual pela qual o Império passava, Barreto diagnosticava um estado de anarquia moral e mental, na qual o catolicismo e o romantismo embaçavam as consciências, ao mesmo tempo em que já se formava no país um espírito científico e industrial. Dada esta caracterização sumária, o Brasil encontrava-se em pleno estado metafísico. Ora, a filosofia da história de Comte permitia pensar que o atraso era na verdade defasagem. O problema brasileiro não era atávico - o que o diferenciava dos teóricos raciais e dos darwinistas; o que impedia o país de adentrar o estado positivo eram fatores históricos e, portanto, removíveis; tratava-se de identificá-los e de encontrar a melhor maneira de superá-los, isto é, buscar catalisadores que alterassem não a ordem do processo (já que todos estão submetidos à lei universal dos três estados), mas sua velocidade.

Foi justamente a análise conjuntural de Barreto, aquela na qual avalia o estado metafísico brasileiro e o modo pelo qual propõe as suas "soluções positivas" que o levou a ser considerado um litreísta pelos intérpretes e um traidor pela igreja. No entanto, se para os analistas posteriores, Barreto deveria seus escassos méritos justamente a um desvio de rota em relação à ortodoxia, para a igreja brasileira estava aí a sua falta. Barreto não teria adotado todos os diagnósticos específicos do mestre. As discordâncias básicas dizem respeito ao modo pelo qual o Brasil deveria ser alçado à civilização. Para Miguel Lemos, tratava-se de evitar a intervenção política direta e atuar sobre a opinião ilustrada, enfatizando a conversão moral, sendo que em questões políticas apenas o próprio sacerdote ou Teixeira Mendes poderiam manifestar-se publicamente. Barreto, por seu lado,

converteu-se muito antes de Lemos e procurou, desde seu retorno ao Brasil, trabalhar pelo positivismo não por uma via institucional como a formação de uma "igrejinha" - como apelidou a organização religiosa da corte - mas pela propaganda. Incomodava a Lemos o posicionamento, por ele não consentido, de Barreto em relação a questões políticas e sociais, que lhe diminuía a autoridade, pondo em xeque sua condição de chefe do positivismo brasileiro.

A cisão com a igreja é de fundamental importância para entendermos o projeto civilizatório de Barreto. Aí se apresenta a discordância de interpretações da obra de Comte. Além das diferenças sobre questões do dia, havia uma séria distinção entre a avaliação de Barreto e a da igreja a respeito da obra de Comte. Para Lemos e Mendes, o positivismo era uma doutrina pronta, onde vinham já impressas as soluções para todos os problemas; eram, pois, obedientes à própria letra de Comte, não discordando ou divergindo nunca de uma opinião do Mestre, que ficava valendo como uma lei. Barreto, ao contrário, enxergava no positivismo uma filosofia orientadora da ação que servia perfeitamente para o diagnóstico dos problemas brasileiros e para a formulação de alternativas de desenvolvimento. O positivismo funciona, portanto, como matriz de pensamento, não como camisa de força. Neste sentido, o positivismo de Barreto é mais lúcido que o da igreja, porque não procede a pura transferência de um sistema de pensamento. Barreto entendia que a teoria de Comte fora pensada para o contexto francês, daí necessitar de adaptações para aplicar-se ao Brasil. Ficavam, por isso, mantidos os princípios, mas não os diagnósticos específicos, as análises de conjuntura realizadas pelo mestre.

É o que explica a diferença de posicionamentos e foi o que levou à expulsão de Barreto da igreja brasileira. Se, de um lado, Lemos endossava a crítica de Barreto ao parlamentarismo, de outro, rechaçava a proposta de imigração e de naturalização dos estrangeiros, advogando a conservação da "homogeneidade de nosso caráter nacional". Para Barreto, tratava-se de povoar o país, como uma das etapas para se atingir a positividade, a imigração era um meio adequado. Para a igreja, este processo traria uma descaracterização da identidade nacional, sendo, por isso, nefasto. Do mesmo modo, Barreto, discordava do mestre quanto ao protestantismo, percebendo nesta religião elementos de avanço face ao catolicismo. Modificava, assim, a divisão interna ao estado teológico, introduzindo um elemento em seu ápice; do que, obviamente a igreja discordava. De outro lado, a abolição imediata e sem indenização, defendida pela igreja, em interpretação da obra de Comte, era vista por Barreto como absolutamente equivocada. Se o espírito geral da doutrina propõe a transição gradual e harmônica de um estado social

a outro, a abolição imediata deveria ser afastada, já que traria a convulsão social. O processo deveria ser lento para que os fazendeiros, principalmente os do oeste paulista, base econômica da sociedade brasileira que Barreto buscava representar, não promovessem uma revolução que levaria ao caos.

Barreto, em verdade, não mantinha comprometimento constante com grupos bem delineados, atacando mesmo aliados, quando estes se enveredavam por atalhos, a seu ver enganosos, que não poderiam transformar a alma do país. Este distanciamento permitiu-lhe uma extensa crítica não somente das instituições nacionais, como também das tentativas de reformá-las. Por meio desta veia crítica, Barreto ia configurando um projeto civilizatório para o Brasil. Livre do vínculo com a igreja e cientista respeitado por sua erudição, Barreto irá, a partir da década de 1870, manifestar-se a respeito de praticamente todos os temas de relevo nacional então em voga.

As questões que o preocupam são de duas ordens, a saber, como operar a transição do país para a civilização tanto do ponto de vista material quanto espiritual. O segundo ponto é crucial, já que, segundo Comte, as transformações sociais ocorrem inicialmente no nível das idéias para depois materializarem-se em práticas e costumes. Desta perspectiva, o fundamental era combater o vago espírito teológico que dominava o pensamento nacional, como, aliás, já vinha fazendo desde a década de 1860. De outro lado, existiam elementos empíricos que se apresentavam como entraves ao progresso e que se manifestavam tanto na legislação, incompatível com o espírito positivo, quanto na economia, arcaica e incapaz de trazer o desenvolvimento material ao país. Sua atuação como intelectual, como político e como médico está marcada por essas duas preocupações.

A equação barretiana seria, então, o domínio técnico aliado a uma filosofia da história e a um conhecimento dos problemas nacionais, adicionando-se o indispensável componente moral, possibilitando a identificação de grandes focos de estagnação, ou de contra-tendências ao desenvolvimento normal do país, face aos quais, Barreto formula projetos de transformação. Todos estes elementos são alinhavados por sua posição no interior da nova elite ascendente, tanto econômica quanto intelectualmente; por aí podemos entender sua ênfase nas transições não traumáticas, progressivas e pacíficas, de modo a não ferir profundamente os interesses do grupo que representa. Nesse sentido, o projeto que Barreto propõe não é revolucionário, é reformador. Estão em jogo as hegemonias intelectual, política e econômica do país; seu projeto civilizatório, por isso, engloba estas três esferas.

Sua crítica ao Império não objetiva, portanto, uma ruptura drástica. As mudanças devem se processar gradualmente. Esta evolução deve ocorrer respeitando-se as leis da natureza e da história. Nesse sentido, o primeiro inimigo a vencer era a teologia que, embora já estivesse em declínio, ainda se constituía em forte influência no cenário nacional; contra o teologismo, buscará apoio entre os legistas. No entanto, os bacharéis, senhores do sistema político e intelectual do Império, eram seus adversários na etapa seguinte; neste momento, chamava em seu auxílio os demais científicos. Por fim, tentará impor sua concepção de positivismo aos seus próprios pares.

A atuação de Barreto é orientada basicamente por dois procedimentos: em primeiro lugar, como bom positivista, acredita que o estado positivista deverá se instalar através de uma classe de sábios apta a conduzir o desenvolvimento do país. Esta estratégia de longo prazo, porém, necessita de um conjunto de táticas para se efetivar, a saber, alianças setoriais com segmentos metafísicos e mesmo teológicos, impensáveis para a igreja, e no uso exaustivo da imprensa como meio de difusão de suas idéias. Todos estes posicionamentos vão descortinando a estratégia de Barreto. Todas as suas alianças são táticas, dizem respeito a situações concretas a serem resolvidas, não envolvem, porém, nenhuma mudança de princípios. Alia-se aos legistas contra os católicos, aos republicanos contra os legistas, e apela para outros modos de organização - o caso dos Estados Unidos ou da Alemanha, exemplos no mínimo exóticos para um positivista - contra os projetos de um seu correligionário. Sua postura, em geral, é de extrema independência: um positivista que não acata a igreja, um republicano que não se submete a seu partido.

O caminho de Barreto é, neste sentido, bastante diverso daquele escolhido por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, o radicalismo da adoção ao positivismo está menos na forma do discurso e na atuação política e mais centrado num planejamento da ação: trata-se de adotar táticas setoriais, arrebanhar adeptos e aliados. Mas estas alianças não significam transigência quanto aos princípios, o objetivo estratégico é a constituição do estado positivo no Brasil.

Barreto distancia-se, portanto, do sectarismo de muitos de seus contemporâneos positivistas, mas permanece, ao contrário do que dizem muitos intérpretes, por toda a vida, um positivista. Sua adesão ao sistema de Comte é enriquecida por nuances e matizes; interpreta o positivismo antes de aplicá-lo. No entanto, Barreto nunca se afastou das formulações morais de seu mestre que funcionaram como um corolário de seu projeto civilizatório. Maleável, ele compreende bem o espírito de seu tempo: o positivismo é seu guia intelectual, norteador da fala, mas não produtor dela. Sua crença arraigada no poder

da ciência não oblitera, ao contrário, informa uma visão arguta dos problemas nacionais. Não é o Brasil que é enquadrado nas teorias, são elas que têm de explicar o caso brasileiro.

Por tudo isso, vê-se que o positivismo de Barreto é plástico ajustando-se à realidade brasileira. Esta sua ênfase na doutrina positivista em detrimento das análises conjunturais de Comte levou não só à sua excomunhão por Lemos como também fez com que fosse tomado pelos intérpretes do positivismo brasileiro como um positivista *light* ou ilustrado, ou ainda littreista. O problema de todas estas classificações é que elas mensuram a adequação da obra dos positivistas nacionais à obra de Comte e não à capacidade de aplicá-la ao Brasil.

Os intérpretes que se voltaram ao estudo do positivismo no Brasil quase sempre insistiram em avaliar o positivismo no Brasil tendo o caso da França por parâmetro. Esta classificação a partir da pureza doutrinária formou-se e consolidou-se graças, suponho, ao *marketing* da própria igreja que, ao escrever a história do positivismo brasileiro, em 1883, enfatizou a vertente religiosa em detrimento das demais e estabeleceu como critério de distinção entre o positivismo e os demais "irmos" do período a fidelidade à letra de Comte. Os intérpretes posteriores, no geral, seguiram o modelo de Lemos, incidindo no mesmo pecado; consideravam que a infidelidade à letra de Comte, a recusa do sectarismo, fosse também uma renúncia da doutrina positivista. Este gênero de classificação, que acabou por cristalizar-se pelos escritos de Lemos, separou os "simpatizantes" de Comte, os "littreístas", de seus verdadeiros "seguidores", os "lafitistas completos", que eram capazes de sacar da manga um trecho de Comte para cada uma das situações cotidianas, tendo nele um Mestre e na sua obra, uma bíblia.

Além disso, muitas interpretações, vendo em Lemos um caso exemplar, estabeleceram que ser sensato e positivista era uma contradição. Ora, este tipo de avaliação da influência do positivismo entre nós fez com que personagens de relevo ficassem na sombra, porque desconsiderados pela história oficial. Pereira Barreto é apresentado em todos os manuais como o iniciador do positivismo no Brasil, mas também como um positivista pouco expressivo, que deveria seus escassos méritos à simbiose seja com o liberalismo, seja com o spencerianismo, computado, por isso, no caixa dos "heterodoxos" - herdeiros mais de Spencer que de Comte, primos pobres do liberalismo -, como o chefe da igreja Positivista os alcunhou. Nada mais distante da verdade.

O que procuro mostrar, pela análise da história do positivismo brasileiro e da obra de Barreto, é que a adoção desta perspectiva apenas nubla o que se quer explicar. E é justamente o equívoco desta classificação que é preciso desfazer; já que ela não explica por

que é que no Brasil, todas as teorias européias viraram plurais e quais critérios nortearam estas divisões; ou por que tivemos aqui várias clivagens e reapropriações dos sistemas europeus, e qual a especificidade de cada uma delas. O fato que, me parece, salta aos olhos é a impossibilidade de tratar de modo monolítico, abstrato e estanque teorias tão genéricas e tão reinterpretadas como foram todas estas. As interpretações do "positivismo brasileiro" têm o inconveniente de não explicitar as distinções internas de que foi objeto e de colocar a discussão no nível abstrato dos grandes sistemas, sem antes investigar se, de fato, tivemos aqui positivismo ou positivismos. Parece-me que o mais relevante não é estabelecer graus de fidelidade à matriz de pensamento européia que veio ao Brasil, até porque ela já se encontrava dividida na própria França. Na verdade, a classificação em ortodoxos/heterodoxos ou lafitistas/litreístas não dá conta das variedades brasileiras. A adoção do positivismo no Brasil obedeceu não a variáveis estritamente doutrinárias, mas, principalmente, a contingências regionais, políticas e mesmo intelectuais. No geral, os escritos de Comte foram combinar-se a tradições de pensamento já formadas ou em formação, dependendo, portanto, das características de cada um dos grupos que o adotaram. Podemos dizer, então, que não há um, mas vários positivismos brasileiros e é de modo plural que eles devem ser compreendidos.

Pela análise da obra de Barreto é possível perceber que a vantagem e a razão mesma da adoção do positivismo entre nós devinha de sua capacidade de explicar o contexto brasileiro e de fornecer uma linha de ação, inclusive política para atores sociais que se encontravam em situações de definição real. Isto é, Barreto realiza, a partir de uma leitura de Comte, uma análise sociológica do país, mas se trata de uma análise interessada que visa entender para transformar. A ciência é, neste sentido, não apenas um meio de conhecimento mas também uma arma política.

O Dr. Pereira Barreto formulou uma crítica das instituições monárquicas e um projeto de civilização para o país por meio de uma interpretação da obra de Comte com chances, a princípio, de viabilização. Muito embora pareça quixotesco seu empenho solitário em produzir uvas, brigar com seus correligionários positivistas, dar à sua filha o nome de Clotilde Augusta, procurei não realçar o estereotipo do positivista. Estes elementos que hoje nos parecem ridículos tiveram um sentido em seu contexto; sugiro que eles compunham um sistema de pensamento, eram parte indispensável de uma concepção de mundo harmônica, comandada pela religião da humanidade e que visava nada menos que implantar a modernidade no Brasil, integrando-o ao movimento mundial a partir de uma análise científica de sua formação, valores e forças políticas, intelectuais e

econômicas em choque. É esta faceta que permite pensar sua obra como explicação ampla e bem informada do país, podendo mesmo ser tomada como uma espécie de sociologia positivista do Brasil - uma sociologia que tinha então o privilegiado estatuto de fornecer os instrumentais para a regeneração social.

Barreto não foi um intelectual do porte de Machado de Assis ou de Joaquim Nabuco, não é a consciência limite de seu tempo, é pelo contrário partícipe da consciência científicista do século XIX, isto não significa no entanto que fosse um míope incapaz de perceber os dilemas de seu tempo ou que meramente copiasse uma teoria estrangeira. Era um homem de ação que lutava conforme as armas que lhe estavam disponíveis. O interesse em estudá-lo resulta exatamente desta característica; para entender os que vão além de seu tempo é preciso antes entender os que dão voz ao próprio tempo.

#### **PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DE LUÍS PEREIRA BARRETO:**

1908. Il Processo Longaretti e la difesa del Dr. L.P. Barreto (Pro Justicia). Ed. português/ italiano. S.P., Umberto Frontini-Editore.

1901. O Século XX sob o Ponto de Vista Brasileiro. PAIM, A.(org.).1980. Plataforma Política do Positivismo Ilustrado. Brasília, Câmara dos Deputados/UnB.

1896. A Vinha e a Civilização. PAIM, A. (org.).1980. Plataforma Política do Positivismo Ilustrado. Brasília, Câmara dos Deputados/UnB.

1880a. Positivismo e Teologia - Uma Polêmica. S. P., Livraria Popular Abílio Marques, Col. Biblioteca Útil.

1880. Soluções Positivas da Política Brasileira. S.P., Livraria Popular Abílio Marques, Col. Biblioteca Útil (inclui A Elegibilidade dos Acatólicos e A Grande Naturalização). 14, 17, 19, 21, 22, 27 e 28/02/1880. A Grande Naturalização. A *Província de São Paulo*. 09, 10, 13, 17, 21 e 22/10/1880. A Propósito da Universidade. A *Província de São Paulo*. 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 30/11/1880. Os Abolicionistas e a Situação do País. A *Província de São Paulo*.

22, 23 e 24/12/1880. Ainda os Abolicionistas. A *Província de São Paulo*.

29 e 30/10/1879. A Elegibilidade dos Acatólicos. A *Província de São Paulo*.

1876. As Três Filosofias - Filosofia Metafísica. Jacareí, Tipografia Comercial.

1874. As Três Filosofias - Filosofia Teológica. BARROS, R.S.M (org.). 1967. Obra Filosófica de Pereira Barreto. S.P., Edusp/Grijalbo.

1865. Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral. BARROS, R.S.M (org.). 1967. Obra Filosófica de Pereira Barreto. S.P., Edusp/Grijalbo.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ARANTES, P. 1988. O Positivismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 21.

\_\_\_\_\_. Manias e Campanhas de um Benemérito. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 21.

BARROS, R.S.M.1967. A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto. S.P., Edusp/Grijalbo.

BOPP, I. 1983. Família Pereira Barreto. B.H., Pannartz.

BOSI, A. 1992. Dialética da Colonização. S.P., Cia. das Letras.

- CÂNDIDO, A. 1989. A Educação pela Noite e Outros Ensaios. S.P., Ática.
- CARPEAUX, O.M. 1943. Notas Sobre o Destino do Positivismo. *Rumo*, Ano I, no. 3, vol.I.
- CARVALHO, J. M.1990. A Formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil. S.P., Cia. das Letras.
- \_\_\_\_\_. 1989. A Ortodoxia Positivista no Brasil. Um Bolchevismo de Classe Média. *Revista Brasileira*, Ano 4, no. 8.
- \_\_\_\_\_. 1980. A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial. R.J., Campus.
- CASTRO SANTOS, L. A.. 1988. Meia Palavra sobre a "Filosofia Positiva" no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, no. 21.
- COMTE, A. 1990. Discours sur l'Esprit Positif (1844). Paris, Vrin.
- \_\_\_\_\_. 1957. Catéchisme Positiviste (1852). R.J., Apostolado Positivista do Brasil.
- \_\_\_\_\_. 1949. Cours de Philosophie Positive (1830-1842). 6 Tornos. Paris, Garnier.
- \_\_\_\_\_. 1912. Système de Politique Positive (1851-1854). 4 Tornos. Paris, Georges Crés Ed..
- \_\_\_\_\_. 1899. Apelo aos Conservadores ( 1855). R.J., Igreja Positivista.
- \_\_\_\_\_. 1883. . Opuscules de Philosophie Sociale. Paris, Leroux.
- CRUZ COSTA, J. 1956. Contribuição à História das Idéias no Brasil. R.J., J.Olympio.
- GODINHO, V..1915. Dr. Luiz Pereira Barreto. *Revista do Centro de Ciencias, Letras e Artes*. Campinas, no. 40.
- GRAHAN, R.. 1973. Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850 - 1914). S.P.,\_Brasiliense.
- GUIMARÃES, E.. 1915. Biografia de Luiz Pereira Barreto. S.P., Tipografia H. Grobel IAROBABEL.1901.
- O Sábio Dr. Barreto e o Sr. Kruse, A.M. Beneditino. Typografia d'O Estado de São Paulo.
- HOLANDA, S. B. 1985. O Brasil Monárquico - Do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira, S.P., Difel.
- LEMOS, M. 1900. Primeira Circular Anual (1881), R.J., Apostolado Positivista no Brasil.
- \_\_\_\_\_. 1882. Resumo histórico do Movimento Positivista no Brasil. Ano 93 (1881). R.J. Igreja Positivista do Brasil.
1874. Nossa Iniciação ao Positivismo. 1ª Circular Anual, Apostolado Positivista do Brasil.
- LINS, I.. 1964. História do Positivismo no Brasil. S.P., Cia. Ed. Nacional.
- LOPES LIMA, S. L.. 1986. O Oeste Paulista e a República, S.P., Vértice.
- MELO, A.B.M.(org.).1878. Os Programas dos Partidos e o Segundo Império. Ed. Senado/Casa Rui Barbosa.
- NACHMAN, R. G. 1972. Brazilian Positivism as a Source of Middle Sector Ideology. Master Degree. University of California.
- OLIVEIRA, J. F. 1924. Un Positiviste Brésilien de la Première Époque - Docteur Luiz Pereira Barreto . *Paris, Revue Positiviste Internationale*.
- PAIM, A. 1981. O Apostolado Positivista e a República. Brasília, UnB.
- \_\_\_\_\_. 1981. Plataforma Política do positivismo ilustrado. Brasília, UnB.
- REALE, M.1976. Sociologia e Direito na Obra de L. Pereira Barreto. Filosofia em São Paulo. S.P, Edusp/Grijalbo.
- SAMPAIO, A. G. 1899. Essai sur l'Histoire du Positivisme au Brésil. Société Positiviste - Paris/ Livraria Alves - R.J.
- SPENCER, H. 1882. Principes of Sociology. N.Y., Appleton.
- \_\_\_\_\_. 1868. Essays. Scientific, Political and Speculative. London, Williams and Norgate, 3 vols.
- \_\_\_\_\_. s/d. Lei e Causa do Progresso. SP, Cultura Moderna.
- TORRES, J.C.O. 1943. O Positivismo no Brasil. Petrópolis, Vozes.
- VERÍSSIMO, J. 1901. O Positivismo no Brasil. Estudos de Literatura Brasileira. 1ª Série, R.J., Garnier.